

JUSTIFICATIVA

O presente processo administrativo tem por objeto: **Contratação de empresa para eventual fornecimento de medicamentos enfrentamento da Covid-19**, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, com fundamento no art. 24, IV da Lei 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, visto isso:

CONSIDERANDO o reconhecimento, por parte da Organização Mundial de Saúde – OMS, como Pandemia o surto da corona vírus – COVID – 19;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de novas medidas preventivas para conter um “segunda onda” de contaminação e mortes por COVID – 19 no município de Portel;

CONSIDERANDO o surgimento de novas variantes do novo corona vírus, com maior rapidez de propagação e de agravamento do quadro clínico dos infectados, o que acarreta maior número de internações, e, por consequência, maior número de mortes;

CONSIDERANDO a evolução epidemiológica da COVID – 19 no município de Portel;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 800/2020 republicado em 09 de Abril de 2021 que, dentre outras providências, institui a classificação periódica das regiões de regulação da saúde e dos municípios que as integram, estando o município de Portel classificado na bandeira vermelha;

CONSIDERANDO o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará que editou Instrução Normativa de nº 17/2020/TCMPA que dispõe sobre os procedimentos administrativos vinculados à **Decretação de Estado de Emergência/Calamidade Administrativa e Financeira**;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.699 de 05 de Janeiro de 2021, qual **declarou situação de emergência/calamidade**, no âmbito do município de Portel;

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 1.047 de 03 de Maio de 2021, que dispõe sobre as medidas excepcionais para aquisição de bens e a contratação de serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.726 de 12 de Janeiro de 2021, que dispõe sobre medidas de combate à disseminação do COVID – 19 na circunscrição do município de Portel;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.818 de 8 de Fevereiro de 2021, que dispõe sobre medidas de combate à disseminação do COVID – 19 na circunscrição do município de Portel;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 2.093 de 30 de Maio de 2021, que dispõe sobre medidas de combate à disseminação do COVID – 19 na circunscrição do município de Portel/PA e dá outras providências;

CONSIDERANDO a urgência necessária à retomada da normalidade dos serviços essenciais prestados à coletividade pelo Poder local, que demanda a decretação, sob todos os aspectos, do presente ato;

CONSIDERANDO que a não adoção de medidas capazes de evitar irreparáveis danos à saúde, educação, assistência social, saneamento básico, segurança pública e administração em geral, acarreta risco iminente à população de Portel;

CONSIDERADO o caos existente na rede hospitalar no Brasil e, mais especificamente no Município de Portel em meio à pandemia de COVID-19, decorrente da falta de equipamentos médicos, medicamentos hospitalares, material laboratorial, material de limpeza, infraestrutura sucateada, bem como a necessidade de contratação imediata de médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, necessária para o funcionamento adequado da rede hospitalar, a fim de prestar à coletividade os serviços de atendimento médico, consultas, exames e atendimento de urgência e emergência;

CONSIDERANDO a míngua de documentos referentes à contabilidade, à administração de pessoal, patrimônio público, contratos, convênios, licitação, enfim, diante da insuficiência de documentos relativos ao Município;

CONSIDERANDO que inexistia nenhum procedimento licitatório em vigência hábil a subsidiar o mínimo de estrutura para a garantia da continuidade do funcionamento da Administração Pública;

CONSIDERANDO, finalmente, que as medidas emergenciais são de exclusiva competência dos órgãos governamentais e que a sua não adoção poderá ocasionar prejuízos irreparáveis ou comprometer a segurança das pessoas, obras, bens, serviços e equipamentos,

Diante disso, fica justificado o procedimento de Dispensa de Licitação do art. 24, IV da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, que assim prescreve:

Art. 24. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Desta forma, resta demonstrado toda a necessidade encontrada pelo município de Portel dentro das exigências requeridas por esse dispositivo em comento.

Portel-PA, 01 de Junho de 2021.

Adriana Santos de Souza
Presidente da CPL